

RECURSO ESPECIAL Nº 1.319.932 - PR (2012/0081671-8)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
RECORRENTE : TOKIO MARINE BRASIL SEGURADORA S.A
ADVOGADO : EDUARDO BRÜNING E OUTRO(S) - PR036554
RECORRIDO : PAULO SOMMER
ADVOGADO : WILLIAN FURMAN - PR023051

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por TOKIO MARINE BRASIL SEGURADORA S.A, com fundamento no art. 105, III, *a* e *c*, da Constituição Federal, contra assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. AÇÃO REGRESSIVA DE RESSARCIMENTO DE DANOS. SEGURADORA. COLISÃO TRASEIRA. BOLETIM DE OCORRÊNCIA. PRESUNÇÃO RELATIVA QUE PREVALECE SE NÃO CONTRARIADA DE FORMA CONVINCENTE ELAS PROVAS CONSTANTES DOS AUTOS. CULPA DO RÉU DEMONSTRADA. DANOS MATERIAIS DEVIDOS DESCONTO DO VALOR DA FRANQUIA INDEVIDO. NA ACOLHIMENTO. POSSIBILIDADE DE COMPENSAÇÃO DECISÃO REFORMADA. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

APELAÇÃO ADESIVA. ACIDENTE DE TRÂNSITO. AÇÃO REGRESSIVA DE RESSARCIMENTO DE DANOS. SEGURADORA. COLISÃO TRASEIRA. ALEGAÇÃO PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM. NÃO ACOLHIMENTO. MATÉRIA QUE SE ENCONTRA ACOBERTADA PELO MANTO DA COISA JULGADA. INSURGÊNCIA QUANTO À RESPONSABILIDADE PELO SINISTRO. MÉRITO RECURSAL PREJUDICADO (fl. 222).

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados.

A recorrente aponta, além de divergência jurisprudencial, ofensa aos arts. 165 e 458 do CPC/73, 927, 944 e 786, § 2º, do CC e 159, 985, III, e 988 do CC/16, insurgindo-se contra a determinação de que, do montante pago pela seguradora para reparo do veículo sinistrado, seja descontado o valor da franquia do seguro.

Sem contrarrazões (fl. 294).

É o relatório. Passo a decidir.

Nos termos do Enunciado 2 do Plenário do STJ: "*Aos recursos interpostos*

com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça".

Conforme relatado no acórdão recorrido, trata-se de ação de ressarcimento de danos proposta por TOKIO MARINE BRASIL SEGURADORA S/A contra PAULO SOMMER, pleiteando o recebimento de quantia despendida pela seguradora recorrente no conserto de veículo de seu segurado, em razão de dano decorrente do acidente ocorrido por culpa do veículo de propriedade do recorrido.

O tribunal *a quo* condenou o recorrido ao pagamento de indenização por danos materiais no valor de R\$ 2.120,00 (dois mil cento e vinte reais), descontado o valor referente à franquia. Consignou o que "*devem ser ressarcidas à seguradora as verbas que efetivamente desembolsou*", razão pela qual deve ser descontado o valor da franquia, "*já pago pelo segurado*". Lê-se no acórdão recorrido:

Ressalta-se que a indenização por danos materiais atinge todos os gastos decorrentes do acidente de trânsito, que devem estes estar devidamente demonstrados por prova documental, o que de fato ocorreu, consoante se infere das fls. 19, 20 e 21 dos autos, ressaltando-se que devido é o desconto do valor da franquia.

Assim, condeno o réu, ora apelado, no pagamento de danos materiais no importe de R\$ 2.120,00 (dois mil cento e vinte reais), descontados deste o valor referente à franquia (fl. 228).

*Ora, com relação aos danos materiais, como bem exposto no v. acórdão, estes englobam a totalidade dos gastos decorrentes do acidente. Ou seja, **devem ser ressarcidas à seguradora as verbas que efetivamente desembolsou, nos termos da súmula 18 do Supremo Tribunal Federal, motivo pelo qual merece desconto o valor da franquia, já pago pelo segurado** (fl. 261).*

A recorrente pleiteia o ressarcimento do valor correspondente a R\$ 2.120,00, sem desconto da franquia. Sustenta que o recorrido deve responder pelo prejuízo total por ele causado e que "*o total do prejuízo é a soma dos dois desembolsos (R\$ 2.120,00 da seguradora ora embargante e R\$ 540,00 da segurada), no valor de R\$ 2.660,00*" (fl. 273).

A teor das razões, "*se o total dos prejuízos causados pelo recorrido foi de*

RS 2.660,00 e se a seguradora recorrente desembolsou apenas R\$ 2.120,00 e busca a indenização deste valor de R\$ 2.120,00, e se a segurada pagou R\$ 540,00 da sua franquia e já recebeu este valor do recorrido (ou um pouco menos em razão das mútuas concessões do acordo que fizeram em juízo), se agora se obriga o recorrido a pagar apenas RS 1.580,00 (R\$ 2.120,00 menos a franquia de R\$ 540,00), então não haverá a integral indenização dos prejuízos causados pelo embargado" (fl. 273).

O tribunal estadual decidiu que "*devem ser ressarcidas à seguradora as verbas que efetivamente desembolsou*", razão pela qual deve ser descontado o valor da franquia, "*já pago pelo segurado*" (fl. 261).

Considerando que "*a segurada pagou R\$ 540,00 da sua franquia e já recebeu este valor do recorrido*" (fl. 273), o pagamento à seguradora da quantia de R\$ 2.120,00, sem desconto da franquia, representará reembolso em valor superior ao que a recorrente efetivamente pagou.

Com efeito, nos termos da Súmula 188/STF, "*o segurador tem ação regressiva contra o causador do dano, pelo que efetivamente pagou, até o limite previsto no contrato de seguro*".

Registre-se que esta Corte já decidiu que o valor da franquia deve ser descontado do montante pago à seguradora. Confira-se:

SUB-ROGAÇÃO. INDENIZAÇÃO PEDIDA PELA SEGURADORA QUE QUITOU O SEGURO RELATIVO AO VEÍCULO SEGURADO. EXCLUSÃO DA FRANQUIA.

1. A seguradora sub-roga-se nos direitos do titular da apólice de seguro, sendo parte legítima para a ação regressiva contra o causador do dano.

2. Recurso especial não conhecido (REsp 600.890/DF, Rel. Ministro Carlos Alberto Menezes Direito, Terceira Turma, DJ 1.8.2005, p. 443).

Ante o exposto, nos termos do art. 255, § 4º, II, do RISTJ, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília, 06 de fevereiro de 2019.

Ministro **RAUL ARAÚJO**
Relator